



APLICAÇÃO DO DECRETO 257/76 AOS TICA/OEA's

Comunicado NAV

Tendo por objectivo a rentabilização máxima dos profissionais que exerciam as suas funções nas carreiras de Operador de Estação Aeronáutica – OEA, de Oficial de Informação Aeronáutica – OIA e de Assistente de Controlo de Tráfego Aéreo – ACTA, a Empresa decidiu criar em 1986 a carreira TICA, integrando todas elas. Destas carreiras, apenas os OEA's, tinham a carreira definida e regulada por Decreto-Lei, nomeadamente o Decreto 257/76. Tal Decreto, elaborado após rigorosa análise das funções operacionais, do elevado grau de responsabilidade instantânea exigido e do desgaste provocado pelo exercício das suas funções, determina a cessação de todas as suas funções operacionais aos 56 anos de idade. A assunção deste direito e a abertura da Empresa para futuramente o tornar extensivo a toda a carreira TICA foi, simultaneamente, a condição "sine qua non" para que os OEA's aceitassem a sua integração na nova carreira TICA e a "factura" que a Empresa se comprometeu a pagar pelos elevadíssimos ganhos que obteve com a criação desta carreira.

O cumprimento de tal compromisso nunca ofereceu qualquer dúvida. Aliás, tal compromisso residia em tão forte vínculo que ficou expresso nas responsabilidades assumidas pela NAV na sua génese, por segmentação da ANA-EP, e plasmado nos Relatórios e contas subsequentes nos quais a NAV explicita, de forma clara e inequívoca, ter o compromisso pelo pagamento a todos os OEA's pelo período de inactividade remunerada dos mesmos desde os 56 anos de idade até à sua reforma.

Apesar de em 29/06/2000 com evidente má-fé e no sigilo dos gabinetes ter, por acto de gestão, sem qualquer respaldo legal, não apenas rompido o compromisso assumido, como dado uma interpretação no mínimo enviesada e obtusa do referido Decreto, nem por isso a Empresa levou por diante os seus intentos e, apesar de algumas tentativas intimidatórias iniciais, continuou a cumprir o compromisso assumido, dispensando de assiduidade todos os TICA (OEA) que atingiam a idade limite para o exercício de funções. Aliás: tão pouco era a convicção da Empresa na validade deste seu acto que nos Relatórios e Contas de 2000, 2001 e 2002 a Empresa afirmava: "a existência de responsabilidades relativas ao período de inactividade remunerada, legalmente consagrada para (...) e Operadores de Estação Aeronáutica entre os (...) 56 anos, respectivamente, e a idade da reforma aos 65 anos.

Na sequência da violação (pela primeira vez) dos seus compromissos para com uma nossa associada TICA/OEA, o SITAVA, finalmente, e após várias insistências, pôde reunir com a Empresa a 21 de Julho de 2009, reunião na qual, como se pode ler no nosso comunicado de 22/07/2009, a Empresa manifestou abertura para, em diálogo, encontrar uma solução respeitadora da lei e dos compromissos assumidos e que tanto quanto possível minimizasse custos à empresa. Apesar disso, e tal como é transmitido no nosso comunicado de 30 de Outubro desse ano, a Empresa resolve, *a posteriori*, "dar o dito por não dito". Como se tal não bastasse, o C. A. da NAV, a 15 de Março de 2013, resolve deliberadamente não só violar a lei como determinar que a Lei não se aplica aos TICA/OEA que, "pasmem-se", declarem que prescindem da sua aplicação!! – Logo impondo aos trabalhadores em causa, através da

pressão, da demagogia e do medo, utilizando atitudes que vão desde a sua subalternização à ameaça do encerramento dos Órgãos onde prestam serviço, para que sejam estes, não só a renunciarem aos direitos que lhes assistem, como fiquem eles próprios como infractores e à margem da Lei, e assim transmitir a falsa ideia de que a Empresa apenas aquiesceu de modo compreensivo e benevolente às suas pretensões.

Esta situação, de mais que óbvia ilegalidade, abusiva e violadora dos mais elementares princípios, para além de eticamente inclassificável e reprovável, só pode ter uma resposta da nossa parte: para além da manifestação do mais vivo repúdio e reprovação, o recurso a todos os meios, incluindo a via judicial, para a reposição da legalidade e o respeito pelos mais elementares princípios por parte da NAV.

E sendo compreensível a tentação a que os TICA/OEA's são levados perante as ameaças da Empresa, não deixamos de alertar todos os TICA e, especialmente, os TICA/OEA's, de que ao embarcarem em tais ilegalidades, arbitrariedades e devaneios estão a colocar-se eles próprios numa posição de ilegalidade, não resolvem qualquer problema, antes pelo contrário e apenas adiam "sine die" as questões que lhes pretendem fazer crer estarem a resolver. Por outro lado, os TICA's, na sua generalidade, e para os quais sempre defendemos que devem ser abrangidos, dada a natureza das suas funções (únicas na Europa no global e em particular na FIR Oceânica), pelo mesmo regime, nada beneficiam (bem pelo contrário, até são objectivamente prejudicados nas suas justas expectativas e reivindicações) com este tipo de atitudes.

Aguardamos com expectativa o resultado do Requerimento apresentado na Assembleia da República no passado dia 19 do corrente pelo Deputado Bruno Dias do PCP sobre esta matéria mas, independentemente disso, não baixaremos os braços nem descartaremos nenhum meio para exigir a reposição da legalidade.

Tal como dizíamos no parágrafo final do nosso comunicado de 30 de Outubro de 2009:

"Como é evidente, é muito importante que os TICA se mantenham unidos e mobilizados em torno deste objectivo, não virando costas ao assunto nem abdicando daquilo a que têm direito!"

UNIDOS (NO SITAVA) SOMOS MAIS FORTES!

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014

A Direcção